



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº _____, **DE 2026**
(Do Sr. Gustavo Gayer)

Solicita informações ao Senhor Ministro das Relações Exteriores, acerca das medidas diplomáticas adotadas pelo Governo Federal em resposta à imposição de tarifas adicionais pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, das tratativas mantidas com autoridades norte-americanas e da estratégia brasileira perante os mecanismos internacionais de solução de controvérsias.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, acerca das medidas diplomáticas adotadas pelo Governo Federal em resposta à imposição de tarifas adicionais pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, das tratativas mantidas com autoridades norte-americanas e da estratégia brasileira perante os mecanismos internacionais de solução de controvérsias.

Com o objetivo de instruir a adequada apreciação deste requerimento e assegurar o pleno exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo, requer-se o encaminhamento das seguintes informações:

- 1) *Informar quais iniciativas diplomáticas foram adotadas pelo Governo brasileiro junto ao Governo dos Estados Unidos desde o início da investigação conduzida pelo United States Trade Representative – USTR.*
- 2) *Informar quantas reuniões bilaterais trataram especificamente da investigação instaurada pelo USTR e da posterior imposição de tarifas adicionais aos produtos brasileiros.*
- 3) *Para cada reunião, informar:*
 - a) *data;*





- b) autoridades participantes;*
 - c) órgão responsável;*
 - d) principais assuntos tratados;*
 - e) encaminhamentos realizados.*
-
- 4) Informar se houve envio de notas diplomáticas, manifestações formais ou comunicações oficiais ao Governo norte-americano.*
 - 5) Encaminhar cópia dos documentos cuja divulgação não esteja protegida por sigilo legal ou diplomático.*
 - 6) Informar quais manifestações técnicas e jurídicas foram apresentadas pelo Governo brasileiro no âmbito da investigação conduzida pelo USTR.*
 - 7) Encaminhar cópia dos memoriais, estudos, manifestações e documentos apresentados às autoridades norte-americanas.*
 - 8) Informar quais órgãos da Administração Pública Federal participaram da elaboração dessas manifestações.*
 - 9) Informar se houve contratação de consultorias especializadas ou escritórios internacionais para assessoramento técnico.*
 - 10) Informar se o Governo brasileiro já iniciou formalmente os procedimentos para submissão da controvérsia ao sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio.*
 - 11) Em caso positivo:*
 - a) informar a data de início do procedimento;*
 - b) indicar os fundamentos jurídicos apresentados;*
 - c) informar o estágio atual da demanda.*
 - 12) Caso ainda não tenha sido iniciado o procedimento, informar as razões da ausência de protocolo e o cronograma previsto para sua adoção.*





- 13) *Informar quais acordos internacionais e dispositivos da Organização Mundial do Comércio são considerados violados pela medida adotada pelos Estados Unidos.*
- 14) *Informar de que forma o Ministério das Relações Exteriores atua conjuntamente com:*
 - a) *Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;*
 - b) *Ministério da Fazenda;*
 - c) *Ministério da Agricultura e Pecuária;*
 - d) *Câmara de Comércio Exterior – CAMEX;*
 - e) *Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – ApexBrasil.*
- 15) *Informar se foi instituído grupo interministerial específico para acompanhamento da controvérsia. Em caso positivo, encaminhar informações sobre sua composição e competências.*
- 16) *Informar quais ações diplomáticas estão sendo desenvolvidas com vistas à revisão, suspensão ou revogação das tarifas impostas pelos Estados Unidos.*
- 17) *Informar se existem novas rodadas de negociação já agendadas entre representantes dos dois governos.*
- 18) *Informar a avaliação do Ministério acerca das perspectivas de êxito dessas negociações.*
- 19) *Informar quais medidas adicionais poderão ser adotadas pelo Governo brasileiro caso permaneçam as restrições comerciais atualmente impostas.*
- 20) *Informar por que o Governo Federal avalia que taxar o Brasil é bom para o atual governo politicamente.*
- 21) *Informar qual a razão do Governo não ter indicado representante para a reunião nos Estados Unidos para defender o Brasil do aumento das taxas?*





22) *Encaminhar os estudos, pareceres, notas técnicas e documentos que fundamentaram as afirmações constantes da nota oficial divulgada pelo Governo Federal em 15 de julho de 2026, especialmente quanto:*

I – à inexistência de fundamento jurídico para a adoção das tarifas;

II – à alegada incompatibilidade da investigação conduzida pelo USTR com as regras multilaterais do comércio;

III – aos argumentos apresentados pelo Brasil relativamente ao Pix, à regulação das plataformas digitais, às políticas ambientais, à propriedade intelectual e ao acesso ao mercado de etanol.

23) *Informar quais órgãos participaram da elaboração desses documentos.*

24) *Encaminhar, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo:*

I – notas diplomáticas;

II – memorandos;

III – pareceres jurídicos;

IV – notas técnicas;

V – apresentações institucionais;

VI – estudos;

VII – atas de reuniões;

VIII – relatórios produzidos sobre a matéria.

25) *Caso alguma das informações solicitadas esteja sob responsabilidade de outro órgão da Administração Pública Federal, indicar expressamente o órgão competente.*

JUSTIFICAÇÃO

A condução da política externa e a defesa dos interesses comerciais brasileiros no cenário internacional constituem atribuições estratégicas do Estado, especialmente em situações que envolvem medidas unilaterais capazes de afetar a





competitividade das exportações nacionais e a estabilidade das relações econômicas internacionais.

A recente decisão do Governo dos Estados Unidos de impor tarifas adicionais sobre produtos brasileiros representa um fato de elevada relevância para diversos setores da economia nacional, exigindo atuação coordenada da diplomacia brasileira e dos órgãos responsáveis pela política de comércio exterior¹. Em resposta, o Governo Federal informou que manteve interlocução com as autoridades norte-americanas ao longo da investigação conduzida pelo USTR, anunciou a adoção de providências no âmbito da Organização Mundial do Comércio e indicou a utilização dos instrumentos previstos na legislação brasileira para defesa dos interesses nacionais.

Diante desse cenário, revela-se imprescindível que a Câmara dos Deputados tenha acesso às informações que demonstrem as iniciativas efetivamente desenvolvidas pelo Ministério das Relações Exteriores, os fundamentos técnicos e jurídicos que orientam a posição oficial do Brasil e o estágio das negociações diplomáticas em curso. O acompanhamento parlamentar dessas ações contribui para avaliar a efetividade da estratégia adotada pelo Poder Executivo e sua capacidade de preservar o acesso dos produtos brasileiros aos mercados internacionais.

O presente requerimento tem por finalidade conferir transparência às medidas diplomáticas anunciadas, permitindo que o Parlamento acompanhe a atuação internacional do Estado brasileiro com base em informações oficiais e em documentos produzidos pelos órgãos competentes. Trata-se de providência compatível com a função constitucional de fiscalização do Poder Legislativo, voltada ao fortalecimento da accountability da Administração Pública e à proteção dos interesses econômicos nacionais.

Sala das Sessões, em de , de 2026.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO - Líder da Minoria

[ps://www.poder360.com.br/poder-governo/leia-a-integra-da-nota-do-governo-lula-contratarifaco-dos-eua/](https://www.poder360.com.br/poder-governo/leia-a-integra-da-nota-do-governo-lula-contratarifaco-dos-eua/)

